



## II CONPESQ Congresso de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Os novos rumos da ciência pós-pandemia

12 a 16 de abril de 2021 Universidade Federal do Cariri - UFCA

### UMA ANÁLISE DO USO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA NOS PRIMEIROS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO DA UFC *CAMPUS* CARIRI/UFCA

Edmilson José dos Santos Júnior<sup>1</sup>

Jaqueline Dourado do Nascimento<sup>2</sup>

**RESUMO:** A avaliação externa na educação superior brasileira trata-se de uma prática diagnóstica que permite as Instituições de Educação Superior o acompanhamento de sua realidade no contexto estrutural (física e gestão), pedagógico, docente, entre outros, que coadunam o processo de melhoria da qualidade da educação. Dito isto, esta pesquisa objetiva investigar de que forma aparecem os resultados da avaliação externa nos documentos oficiais dos primeiros cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará campus Cariri, atual Universidade Federal do Cariri, no período de 2006 a 2019. Trata-se, metodologicamente, de um estudo de caso, descritivo, de abordagem qualitativa, com a análise documental, tendo como fonte os projetos pedagógicos dos primeiros cursos da instituição: Administração, Agronomia, Biblioteconomia, Engenharia Civil e Filosofia (Bacharelado e Licenciatura) a partir de um quadro operacional categorizado nos eixos da avaliação externa: Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, avaliação institucional e avaliação de cursos. Os principais resultados acusam que o Enade se encontra ausente nesses documentos e os resultados da avaliação institucional externa são descritas como importante para melhorar a qualidade dos cursos de Administração e Agronomia, e utilizado como ferramenta de atualização do PPC de Engenharia Civil, além disso, não encontramos elementos sobre avaliação nos PPC de Filosofia. Portanto, existem informações superficiais sobre a avaliação e nada sobre o uso dos resultados especificamente. Nesse sentido, identifica-se a necessidade de implantação de uma cultura avaliativa nas discussões que cercam a gestão universitária, no sentido de inserir a dimensão da avaliação emancipatória, com a qualidade dos cursos de graduação. Recomenda-se a ampliação do estudo para os outros cursos e inclusão de atas de colegiado de curso de Núcleo Docente Estruturante.

**Palavras-chave:** Avaliações Externas; Projetos Políticos Pedagógicos; Universidade Federal do Cariri.

---

1 Bolsista de iniciação científica da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Graduando em Administração Pública e Gestão Social pela UFCA.

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Adjunta do curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

**ABSTRACT:** External evaluation in Brazilian higher education is a diagnostic practice that allows Higher Education Institutions to monitor their reality in the structural (physical and management), pedagogical, teaching, and other contexts that support the quality improvement process of education. That said, this research aims to investigate how the results of the external evaluation appear in the official documents of the first undergraduate courses at the Federal University of Ceará campus Cariri, current Federal University of Cariri, in the period from 2006 to 2019. The approach was used qualitative, with documental analysis, having as source the pedagogical projects of the first undergraduate courses of the investigated institution: Administration, Agronomy, Library Science, Civil Engineering and Philosophy (Bachelor and Licentiate) from an operational framework categorized in the axes of external evaluation: National Student Performance Exam, institutional assessment and course assessment. The main results indicate that Enade is absent from these documents and the results of the external institutional evaluation are described as important to improve the quality of the Administration and Agronomy courses, and used as a tool to update the Civil Engineering PPC, moreover, it does not we found elements about evaluation in the Philosophy PPC. Therefore, there are superficial elements about the evaluation and nothing about using the results specifically. This reality implies that the institution needs to implement an evaluative culture in the discussions surrounding university management, in the sense of inserting the dimension of emancipatory evaluation, to promote the quality of undergraduate courses.

**Keywords:** External Assessments; Pedagogical Political Projects; Federal University of Cariri.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma discussão em torno das políticas de avaliação externa no contexto da educação superior brasileira, tendo como foco o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Encontra-se vinculada a pesquisa “Uma análise do uso dos resultados do Enade na Universidade Federal do Cariri (UFCA)”, objetivando investigar de que forma aparecem os resultados da avaliação externa nos documentos oficiais dos primeiros cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará *campus* Cariri, atual UFCA, no período de 2006 a 2019.

Atualmente, as avaliações da educação superior no Brasil ocorrem através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), uma política permanente, composta por avaliações externas (larga escala): avaliação de cursos e o Enade; e a autoavaliação institucional. O Sinaes é uma política pública resultado do aprimoramento de outros sistemas que o antecederam, tendo o seu foco em avaliar os múltiplos espaços e atores sociais que compõe às Instituições da Educação Superior (IES) (BRASIL, 2004; INEP, 2015; BRITO, 2008).

Nessa perspectiva, Nascimento (2013) evidencia que a avaliação de políticas públicas é uma ferramenta com potencial de reflexão e transformação da realidade de instituições públicas, no entanto, o que ocorre, geralmente, é a falta de utilização dos resultados desta avaliação, ou seja, há uma limitação no ciclo da avaliação, pois não há sentido em avaliar determinada política ou instituição, caso não ocorra à prática de

autocrítica para efetivar as modificações identificadas no diagnóstico oriundo das avaliações.

O principal problema motivacional desta pesquisa se materializa na tendência de ausência do uso dos resultados das avaliações externas para melhoria da qualidade das práticas institucionais. Corroborando com essa questão, Duran (2003) explica sobre a existência da difusão ideológica em relação à finalidade da avaliação: afirma que o Estado, enquanto órgão de controle, destina a avaliação para regulamentação e controle – processo de regulação, possível cenário de quando não ocorre o uso dos resultados para efetivar melhorias – por outro lado, a avaliação pode assumir um caráter “emancipatório”, onde a avaliação se torna democrática, aberta à participação social e necessária nas discussões de tomadas de decisões.

A estrutura do trabalho faz-se em outras quatro partes, além desta Introdução. Temos na Fundamentação Teórica, uma sustentação teórica sobre as políticas de avaliação da educação superior, em seguida os Procedimentos Metodológicos, delineando quais técnicas e instrumentos foram usados no alcance do objetivo, depois a Discussão e Análises dos Dados, constatando os principais resultados da pesquisa e, por fim, nas Considerações Finais, apontamos o desfecho e a correlação dos conteúdos abordados.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Esta fundamentação teórica propõe-se a realizar uma discussão sobre a avaliação de políticas públicas, com foco nos conceitos, funções e características da avaliação de políticas da educação superior e, por último, aborda acerca do uso dos resultados das avaliações da educação superior. Para traçar alguns conceitos, características e finalidades da política de avaliação na educação superior no Brasil, resgatamos um panorama de programas e políticas que antecederam o atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Polidori, Araújo e Barreyro (2006) colocam em tela a discussão das perspectivas e desafios do Sinaes, evidenciando o caminho político institucional no que diz respeito à avaliação na educação superior no Brasil.

Na década de 1980, época em que a avaliação já tinha uma função importante na administração pública, sobretudo de regulação e controle, houve a implantação do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), primeira tentativa de avaliação nacional. Concomitante, às Instituições de Educação Superior introduziram as práticas de autoavaliação, o que fomentou, logo em seguida, a criação do Programa de Avaliação das

Universidades Brasileiras (PAIUB), já na década de 1990. Por conseguinte, o conhecido “provão” – Exame Nacional de Cursos (ENC) – entra em ação, trazendo em sua bagagem, ferramentas inovadoras de avaliação, como o credenciamento das IES privadas (POLIDORI, ARAÚJO, BARREYRO, 2006). Vale destacar que, esse processo de implementação de uma avaliação da educação superior foi cercado de tensões e resistências, sobretudo pela sua estrutura e pela obrigatoriedade de participação dos estudantes e instituições, e a tendência da utilização dos resultados do Provão para o ranqueamento.

Nesse contexto, os esforços do Estado em consolidar uma política permanente de avaliação e com a capacidade de abarcar todos os eixos da educação superior, ocorreu a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), no ano de 2004 (BRASIL, 2004). Em linhas gerais, desde o PAIUB as formas de realização das avaliações se aproximavam com a realidade atual, pois haviam os procedimentos de “diagnóstico”, “avaliação externa”, “avaliação interna” e “reavaliação interna” (POLIDORI; ARAÚJO; BARREYRO, 2006, p. 428).

O Sinaes está alicerçado em um tripé, a avaliação externa ou avaliação em larga escala, preenchida pela avaliação institucional, a avaliação de cursos de graduação e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (MEC) e a avaliação interna, também intitulada de autoavaliação institucional, implementadas pelas próprias IES (BRASIL, 2004). Destaca-se ainda que:

O SINAES constitui-se em avanço de um modelo de avaliação da educação superior no Brasil, que promovia o *ranking* e a competitividade, baseado em estratégias de visibilidade mercadológica, para um paradigma que propõe a avaliação formativa ao incluir a autoavaliação participativa nas instituições e propor sua articulação com a regulação do sistema (POLIDORI; ARAÚJO, BARREYRO, 2006, p. 434).

Esses avanços tocam diretamente na questão da democratização e da integralização das bases políticas institucionais presentes na educação superior, em especial, sobre a avaliação externa, em que podemos destacar a sua realização feitas por técnicos e especialistas de áreas afins e o Enade, trazendo elementos de aprendizagem e socioeconômicos dos estudantes, bem como as novidades da avaliação interna, como a implantação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), e além disso, passou também a englobar: [...] missão e plano de desenvolvimento institucional; políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; responsabilidade social da instituição; comunicação

com a sociedade; políticas de pessoal; organização e gestão; infraestrutura física, biblioteca, etc [...]” (POLIDORI; ARAÚJO; BARREYRO, 2006, p. 436).

A avaliação externa, que consiste na avaliação da instituição, dos cursos e o Exame Nacional de Desempenho de Estudante, proporcionam resultados que retratam a realidade das IES. A avaliação institucional externa é realizada por especialistas e seguem diretrizes específicas do INEP, já o foco da avaliação dos cursos é a autorização de funcionamento de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento. O Enade acontece trienalmente por área do conhecimento, inferindo o desempenho por intermédio de provas com diretrizes gerais e específicas, para os estudantes que ingressam e estão concluindo cursos de nível superior, questionário social e econômico para os estudantes e outro questionário direcionado aos coordenadores de curso. Todos esses processos externos verificam a realidade dos resultados oriundos da avaliação institucional interna.

Embora o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior tenha sido projetado em bases inovadoras, unificando o eixo formativo e o regulatório, na perspectiva de proporcionar diagnóstico e melhoria das tomadas de decisões na educação superior, foram notados alguns gargalos nos primeiros anos, que perpassam até os dias atuais (POLIDORI; ARAÚJO; BARREYRO, 2006; GRIBOSKI; PEIXOTO; HORA, 2018). Esses mesmos autores apontam alguns desses desafios, tais como: a questão do INEP utilizar do Conceito Preliminar de Curso (CPC) para não realizar a avaliação *in loco*, a “maquiagem” usada pelas gestões das IES quando recebem a visita do MEC e outro ponto é o ranqueamento dos resultados, o que tem estimulado o caráter regulatório da avaliação educacional.

No tocante aos aspectos relacionados ao uso dos resultados das avaliações da educação superior, observa-se que as etapas de diagnóstico e de acesso aos resultados ocorrem, quando busca-se identificar como tem sido utilizado as diferentes informações oriundas das avaliações, com um viés mais burocrático e com fins de regulação (DIAS SOBRINHO, 2010). Para Nunes e Avila (2017), ao analisar documentos oficiais de cursos de graduação, como os projetos pedagógicos dos cursos, há divergências no conteúdo destes e o que são orientados para os estudantes em seu cotidiano, não significando uma organização que tenha como base a articulação da teoria e prática no processo formativo dos estudantes.

Para Sawicki e Pagliarin (2018, p. 29), “a avaliação em larga escala não pode pautar-se apenas pelo resultado de uma prova, mas sim ser utilizada como instrumento para

a promoção de políticas de melhoria da educação [...]”. Essa observação apresentada por estes autores é importante, visto que o uso das avaliações externas não deve ser tido como um único resultado avaliativo a ser considerado, pelo contrário, estes devem integrar as outras avaliações que ocorrem no espaço institucional. A exemplo da autoavaliação institucional e inclusive a avaliação da aprendizagem, sendo um conjunto de práticas avaliativas que disponibiliza para os diferentes atores institucionais informações úteis para a obtenção de um retrato institucional (diagnóstico), que subsidiem a tomada de decisão e contribua para a melhoria da qualidade educacional de maneira micro (instituição) e consequentemente de maneira macro (o sistema de educação superior brasileira).

No estudo de Almeida e Tartuce (2017) sobre o uso dos resultados da avaliação institucional para melhoria dos projetos político pedagógicos dos cursos verificou-se que havia pouca influência na reformulação e melhoria dos mesmos. Estes autores reforçam que é essencial que as avaliações institucionais e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) devem ser documentos e práticas institucionais que devem ser articuladas, e que ao mesmo tempo contribua para uma relação emancipatória, democrática e desta forma participativa da comunidade acadêmica. Assim como está descrito no PPC, essa relação é essencial que ocorra nos diferentes espaços de participação dos cursos, como nas reuniões de colegiados e do núcleo docente estruturante. Estes são espaços que devem ser fomentados por práticas que oportunizem uma reflexão e ação (práxis) sobre e para o pensar e agir, o que segundo Sanches e Raphael (2006, p.110) ocorreria em “[...] um processo dinâmico de ação e reflexão, que se refaz no tempo, objetivando-se e concretizando-se”.

Outros aspectos a serem considerados nos espaços de discussões sobre o uso dos resultados das avaliações, são as partes técnicas e políticas da educação e, portanto, da avaliação, com um tensionamento voltado para a organização pedagógica em alguns momentos, já em outros para fins de regulação do sistema educacional. Assim, a depender do enfoque dado podemos ter um uso limitado da avaliação, com os objetivos para o alcance de notas altas e o ranqueamento das instituições, com o direcionamento para o *marketing* em detrimento da qualidade do ensino ofertado.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

Por meio do método torna-se possível delinear o percurso que a pesquisa deve tomar em relação aos objetivos e as problemáticas propostas. Nesse sentido, a metodologia dessa pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo de caso, descritivo, utilizando a

abordagem qualitativa, através da técnica de análise documental (GIL, 2009; YIN, 2015; LUDKE; ANDRE, 1986).

A escolha da abordagem qualitativa foi adotada porque houve a necessidade de investigação um fenômeno social específico, “[...] incorporando a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos [...]” (FURLAN; CAMPOS, 2014, p. 887). O estudo de caso, nas definições de Yin (2015), auxiliou na condução de buscas por informações sobre a possibilidade do uso dos resultados das avaliações externas na Instituição de Educação Superior estudada. A técnica documental, conforme pensam Ludke e André (1986), quando realizada em pesquisas educacionais, trata-se de uma relevante fonte de dados, aplicando-se na compreensão de novos aspectos.

A principal fonte documental foram os Projetos Pedagógicos de Cursos, tendo como foco os primeiros cursos de graduação ofertados pela Universidade Federal do Ceará campus Cariri, a atual Universidade Federal do Cariri. Estes PPC são documentos políticos-institucionais, cujo objetivo é orientar a estrutura curricular, os métodos de ensino e práticas organizacionais, e as necessidades dos múltiplos atores educacionais (FEUERWERKER; ALMEIDA, 2004). A busca se deu através da extração dos PPC no Portal da UFCA (disponível em <https://www.ufca.edu.br/>), e por conseguinte, foram coletados os documentos dos seguintes cursos: Administração, Agronomia, Biblioteconomia, Engenharia Civil e Filosofia (Bacharelado e Licenciatura).

Para análise de dados, utilizou-se um quadro operacional, a partir dos descritores relacionados a prática da avaliação externa: “avaliação externa”, “avaliação em larga escala”, “avaliação institucional”, “avaliação do curso”, outros dados sobre avaliação foram colocados em um espaço de observação. Essas palavras-chave foram selecionadas de acordo com a nomenclatura utilizadas no âmbito do Sinaes (BRASIL, 2004).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Esta seção do artigo trata sobre a apresentação dos resultados e a sua discussão, a partir de uma análise documental realizada com documentos oficiais, políticos e pedagógicos, da Universidade Federal do Cariri, no período de 2006 a 2019, tendo como foco os 05 primeiros cursos ofertados pela Instituição de Educação Superior, ainda como *campus* da Universidade Federal do Ceará. O Campus Cariri foi desmembrado em 2013 tornando-se um dos cinco campis da UFCA. A Universidade Federal do Ceará *campus* Cariri/Universidade Federal do Cariri ofertaram a partir de 2006 os cursos de

Administração, Agronomia, Biblioteconomia, Engenharia Civil e Filosofia (Bacharelado e Licenciatura), ilustrados no Quadro 1.

**Quadro 1** – Relação dos cursos de graduação pesquisados

<b>Curso de Graduação</b>	<b>Ano</b>	<b>Link de acesso</b>
Administração	2009/2019	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6213">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6213</a>
Agronomia	2018	<a href="http://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=5107">http://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=5107</a>
Biblioteconomia	2006	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6231">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6231</a>
Engenharia Civil	2017	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6287">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6287</a>
Filosofia	2007	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6295">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6295</a>

Fonte: Elaboração dos autores.

Dispondo dessas informações, destaca-se, no viés dessa discussão, a importância da correlação entre os resultados das avaliações e a elaboração, reformulações e discussões dos documentos políticos e pedagógicos na educação, enfatizando que esse processo deve ser contínuo e democrático, sobretudo porque o diagnóstico obtido com as práticas avaliativas são eficazes no tocante às melhorias dos eixos estruturais (física e gestão), pedagógicos, docentes, dentre outros, que de maneira integrada coadunam para o processo de qualidade de ensino e aprendizagem (NUNES; AVILA, 2017).

O quadro operacional, como instrumento analítico usado para análise dos PCC, categorizou-se em dois conteúdos. O primeiro buscava informações sobre a avaliação externa do Sinaes, por isso, utilizamos os descritores relacionados a esta prática: “avaliação externa”, “avaliação em larga escala”, “avaliação institucional”, “avaliação do curso” e também procuramos, na segunda categoria, incluímos informações referentes a avaliação interna, com base nos descritores “avaliação institucional interna” e “autoavaliação institucional”.

Antes de apresentar os resultados é necessário trazer algumas informações no tocante à reformulação dos PPC ao longo da trajetória da análise, o recorte temporal de 2006 a 2019. No curso de Administração, analisamos dois PPC, o de 2006 e 2019, quanto aos demais somente um, o de Engenharia Civil (2017), Filosofia (2007), Biblioteconomia (2006) e Agronomia (2018). O preenchimento deste primeiro quadro operacional resultou na seguinte descoberta: todos os cursos analisados que abordaram sobre a avaliação

externa, também apresentaram informações sobre a avaliação institucional interna, que estão nos PPC de Agronomia (2018), Administração (2006; 2019) e Engenharia Civil (2017).

O PPC de Agronomia traz elementos que são destacados como ideais por Sanches e Raphael (2006) no que tange ao processo de reflexão e ação no contexto da melhoria da qualidade da educação e por Sawicki e Pagliarin (2018), com base na afirmativa de que a avaliação externa deve ser ampliada para além de sua realização, pois os seus resultados devem provocar efeitos na IES. Esse assunto se vê nos seguintes trechos:

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como mecanismos para aprimoramento contínuo do curso e replanejamento das ações (PPC AGRONOMIA, 2018, p.140)

Visando fazer os ajustes necessários à contextualização e melhoramento do curso em âmbito nacional e internacional, serão realizadas e estudadas, periodicamente, ações que permitam avaliar a adequação do mesmo. Entre essas ações podem ser citadas a autoavaliação institucional e as avaliações externas promovidas pelo MEC, ENADE e outras (PPC AGRONOMIA, 2018, p.183).

Uma reflexão, quanto ao eixo da avaliação externa, foi verificar que o Exame Nacional de Desempenho é pouco referenciado em todos os Projetos Pedagógicos de Cursos analisados. O termo é usado poucas vezes e somente aparece no PPC de Administração (2019) e Agronomia (2018), como mecanismo obrigatório aos estudantes ou como ferramenta de acompanhamento da qualidade do curso, embora no PPC de Administração (2019, p. 35), no âmbito de “acompanhamento e avaliação do curso”, encontremos um trecho que aponta a realização de modificações de melhoria do cursos através de “[...]ações podem ser citadas a autoavaliação institucional e as avaliações externas promovidas pelo MEC, ENADE e outras.”. Essa ausência do uso dos resultados das avaliações na Educação Superior é retratada por Nascimento (2013), em que a autora relata que o desafio da avaliação não é a ausência de políticas eficientes, mas a carência de discussão e implementação dos resultados nas práticas.

Outro aspecto a ser levado em consideração é em relação ao Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia, uma vez que neste documento não encontramos elementos sobre a avaliação externa, avaliação institucional interna ou Enade. No entanto, devemos atentar que o seu PCC entrou em vigor no ano de 2006, onde havia pouco tempo da implantação do Sinaes, em 2004. Ademais, a avaliação institucional é citada como prática de melhoria dos próprios PPC, como pode ser observado no curso de Engenharia Civil: “[...]este diálogo será viabilizado por intermédio da avaliação institucional semestral e de palestras/mesas-redondas regulares durante a Semana do Curso de Engenharia Civil da

UFCA.” (PPC Engenharia Civil, 2017, p. 03). Algo que desperta a atenção é que no PPC de Administração de 2006 havia uma quantidade maior de informações sobre a avaliação e, sobretudo, do contexto da importância dos seus resultados e da dinâmica da avaliação formativa do que no PPC de 2019, a exemplo do trecho:

Ressalta-se que, devido à falta de uma tradição de avaliação sistemática na Instituição como um todo, referida comissão busca, presentemente, construir uma nova cultura de avaliação, o que tem implicado investimentos na superação de dois grandes desafios: sensibilização da comunidade interna; e incentivo ao engajamento democrático dos atores institucionais. Tais desafios têm sido gradativamente superados por meio da disseminação de uma nova compreensão do processo de avaliação, em termos de sua relevância (PPC ADMINISTRAÇÃO, 2006, p. 44-45).

Portanto, notamos uma redução de conteúdo quanto a avaliação externa no PPC atual de Administração (2019), pois o antigo PPC de Administração (2006) trazia elementos do Sinaes, como a criação da Comissão Própria de Avaliação e outras ações no que se refere às avaliações internas e externas. Essa questão entra em consonância ao pensamento de Almeida e Tartuce (2017), na afirmativa de que as avaliações no Brasil têm exercido pouca influência nos Projetos Pedagógicos de Curso.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É importante salientar que houve o alcance do objetivo central desta pesquisa, concretizando-se a investigação do uso dos resultados da avaliação externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – avaliação institucional externa, avaliação de cursos e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – nos Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação dos primeiros cursos da Universidade Federal do Cariri.

A partir da análise realizada e dos resultados aferidos, observa-se que nos documentos analisados há uma subutilização dos resultados da avaliação externa dentro do contexto dos PPC. Esse aspecto foi evidenciado a partir das poucas informações presentes sobre a avaliação externa, bem como sobre a avaliação institucional, essas poucas informações direcionavam-se ao caráter obrigatório de realização desses processos avaliativos e pouco sobre a sua importância na construção e (re)formulação destes documentos.

Existe a necessidade de ampliação deste estudo colocando em tela a discussão da avaliação externa nos Projetos Pedagógicos de todos os cursos da Universidade Federal do Cariri e, além disso, investigar outros documentos oficiais, tais com o as atas de reuniões dos Colegiados de Cursos e Núcleo Docente Estruturante.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) da Universidade Federal do Cariri (UFCA) pelo financiamento da bolsa de iniciação científica, para que esta e outras pesquisas pudessem ser desenvolvidas, incentivando os seus discentes na produção do conhecimento científico e a sua formação profissional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de; TARTUCE, Gisela Lobo B. P.. Avaliação institucional e projeto político-pedagógico: dois lados de uma mesma moeda. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 28, n. 67, p.32-62, jan.- abr. 2017. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3914/3342>. Acesso em: 18 jul.2020.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 23 de julho de 2020.

BRITO, Márcia Regina Ferreira de. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. Avaliação – **Revista da Avaliação da Educação Superior**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 841-850, nov. 2008. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/287>. Acesso em: 29 ago. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v.15, n.1, p.195-224, mar. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772010000100011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772010000100011&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 22 jun. 2020.

DURAN, Marília Claret Geraes. Avaliação: reguladora ou emancipatória?. **Revista Diálogo Educacional**, v. 4, n. 8, p. 97-110, 2003. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6632>. Acesso em: 18 fev. 2021.

FURLAN, Paula Giovana; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Pesquisa-apoio:** pesquisa participante e o método Paidéia de apoio institucional. *Interface (Botucatu)*, v. 18, n.1, p. 885-894, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2014.v18suppl1/885-894/pt>. Acesso em: 09 mar. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. Brasília: INEP,

2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/270-programas-e-acoes-1921564125/sinaes2075672111/12303-sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes>. Acesso em: 10 set. 2020.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

NASCIMENTO, Jaqueline Dourado do. **Uma análise do processo de avaliação do Projeto de Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.2013.

NUNES, Andrea Karla Ferreira; AVILA, Everton Gonçalves. CONEXÕES ENTRE O PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO E O QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE DO ENADE. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 17, n. 3, p.509-528, 5 jul. 2017. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.14210/contrapontos.v17n3.p509-528>. Acesso em: 02 jan. 2021.

POLIDORI, Marlis Morosini; ARAUJO, Claisy Marinho; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, n. 53, p. 425-436, 2006. Disponível em:[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000400002&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000400002&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 18 jul. 2020.

SANCHES, Raquel Cristina Ferraroni; RAPHAEL, Hélia Sônia. Projeto Pedagógico e Avaliação Institucional: articulação e importância. **Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v.11, n.1, p. 103-113, jan.-abr., 2006. Disponível em:<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/923/921>. Acesso em: 18 jul. 2020.

SAWICKI, Simone Salete; PAGLIARIN, Lidiane Limana Puiati. Gestão escolar e avaliação em larga escala: realidades, possibilidades e desafios. **Regae-Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 7, n. 16, p. 25-39, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/32461>. Acesso em: 07 ago. 2020.

FEUERWERKER, Laura; ALMEIDA, Márcio. Diretrizes curriculares e projetos pedagógicos: é tempo de ação!. **Revista da ABENO**, v. 4, n. 1, p. 14-16, 2004. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/1494>. Acesso em: 02 abr. 2021.